



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologias



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA – FACET
QUÍMICA - LICENCIATURA

ANNE KAROLINE ALBERTO

EDUCAÇÃO QUÍMICA E O ENSINO NA UNIDADE PRISIONAL: UM
RELATO DE EXPERIÊNCIA

Dourados-MS

Julho/2026

ANNE KAROLINE ALBERTO

EDUCAÇÃO QUÍMICA E O ENSINO NA UNIDADE PRISIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Universidade Federal da
Grande Dourados, para fins de
obtenção do diploma de Química
Licenciatura.

Orientadora: Prof. Dr. Adriana Marques
de Oliveira

Área de concentração: Ensino (46)

Dourados
Julho/2026

ANNE KAROLINE ALBERTO

Educação Química e o ensino na unidade prisional: um relato de experiência

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Química junto à Universidade Federal da Grande Dourados.

Aprovada em 03/07/26.

Prof(a). Adriana Marques de Oliveira (Orientadora)

Prof(a). Aparecida Jeanne Paz de Mattos (Membro)

Prof(a). Isabella Guedes Martinez (Membro)

Dourados
2026

Dedicatória

Dedico este trabalho a todas as pessoas que acreditam na educação como possibilidade de transformação, especialmente àquelas que, mesmo em contextos de privação de liberdade, encontram na escola uma oportunidade de reconstruir caminhos, ressignificar histórias e ampliar seus horizontes.

Dedico também aos professores e professoras que atuam nas unidades prisionais, enfrentando desafios diários com coragem, sensibilidade, compromisso ético e esperança. São profissionais que compreendem que ensinar vai além da transmissão de conteúdos, pois envolve acolher, escutar, respeitar e reconhecer a humanidade de cada estudante.

À minha família, que esteve ao meu lado durante toda a minha trajetória acadêmica, oferecendo apoio, incentivo e força nos momentos de cansaço, insegurança e dificuldade. Cada palavra de encorajamento e cada gesto de cuidado foram fundamentais para que eu continuasse seguindo em frente.

Dedico, de modo especial, ao meu filho e ao meu esposo, que são minha base, minha força e minha maior inspiração. Ao meu filho, por ser a razão pela qual busco ser melhor todos os dias; e ao meu esposo, pelo apoio, paciência, incentivo e companheirismo durante toda essa caminhada, principalmente por ter cuidado do nosso filho nos momentos em que precisei me dedicar aos estudos, às aulas, ao estágio e à escrita deste trabalho. Sua presença e apoio foram essenciais para que eu conseguisse chegar até aqui.

Por fim, dedico este TCC aos estudantes privados de liberdade, sujeitos de direitos, de saberes e de possibilidades, que nos ensinam que a educação pode abrir frestas de esperança mesmo nos espaços mais difíceis. Que este trabalho represente não apenas uma conquista acadêmica, mas também um gesto de respeito, humanidade, persistência e compromisso com uma educação mais justa e transformadora.

Epígrafe

“Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua convivência com o regime opressor.” (Freire, 2013, p. 54).

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me sustentado durante toda esta caminhada, por me conceder força, sabedoria, coragem e fé nos momentos em que pensei que não conseguiria continuar. Foi pela graça de Deus que encontrei ânimo para enfrentar os dias difíceis, superar o cansaço e seguir acreditando no meu sonho de concluir esta etapa tão importante da minha vida.

À minha família, expresso minha mais profunda gratidão. Obrigada por todo apoio, carinho, compreensão e incentivo ao longo da minha trajetória acadêmica. Cada palavra de encorajamento, cada gesto de cuidado e cada demonstração de amor foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Esta conquista também pertence a vocês, que caminharam comigo, torceram por mim e compreenderam minhas ausências em muitos momentos.

Ao meu filho e ao meu esposo, minha gratidão mais especial. Ao meu filho, por ser minha maior inspiração, minha força diária e a razão pela qual busco ser melhor a cada dia. Ao meu esposo, agradeço o companheirismo, paciência, incentivo e apoio durante toda essa caminhada, principalmente por cuidar do nosso filho nos momentos em que precisei me dedicar aos estudos, às aulas, ao estágio e à escrita deste trabalho. Seu apoio foi essencial para que eu pudesse continuar e concluir esta etapa.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Adriana Marques de Oliveira, agradeço imensamente pela orientação, paciência, acolhimento e dedicação durante a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso. Suas contribuições, leituras, correções e palavras de incentivo foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada por acreditar em mim, por me orientar com sensibilidade e por contribuir de forma tão significativa para minha formação acadêmica e docente.

À professora e coordenadora entrevistada, Aparecida Jeanne Paz de Mattos, deixo meu sincero agradecimento pela disponibilidade, generosidade e contribuição com esta pesquisa. Sua experiência, suas reflexões e seu olhar sensível sobre a educação em unidades prisionais foram essenciais para a construção deste trabalho. Sua fala trouxe humanidade, conhecimento e profundidade ao tema pesquisado.

Agradeço também a todos os professores e professoras que tive a oportunidade de conhecer e com quem pude aprender ao longo da minha trajetória. Cada um, à sua maneira, contribuiu para minha formação, deixando ensinamentos que levarei comigo

para a vida pessoal, acadêmica e profissional. Sou grata por cada aula, cada orientação, cada conselho e cada experiência compartilhada.

Aos colegas de percurso, que em algum momento me ajudaram nessa caminhada, minha gratidão. Obrigada pelas trocas, conversas, parcerias, incentivos e apoio nos momentos de dificuldade. A caminhada acadêmica se torna mais leve quando encontramos pessoas dispostas a dividir conhecimentos, dúvidas, desafios e conquistas.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta trajetória. Concluir este trabalho representa não apenas o encerramento de uma etapa, mas também a realização de um sonho construído com esforço, fé, amor, apoio e perseverança.

Educação Química e o ensino na unidade prisional: um relato de experiência

Chemistry Education and Teaching in a Prison Unit: An Experience Report

Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender como ocorre o ensino de Química em uma unidade prisional, a partir da narrativa de uma professora coordenadora vinculada ao Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Dourados CEEJA/MS, com atuação na Penitenciária Estadual de Dourados PED. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, tendo como instrumento de produção de dados uma entrevista semiestruturada realizada com a colaboradora da pesquisa, identificada pelo codinome Professora Esperança. O estudo fundamenta-se na compreensão de que a educação é um direito social e humano, garantido também aos sujeitos em situação de privação de liberdade, e que o ensino de Química pode contribuir para a formação crítica, científica e social desses estudantes. Os resultados apontam que o ensino na unidade prisional ocorre por meio da Educação de Jovens e Adultos EJA, com aulas organizadas a partir de um Projeto de Curso específico, metodologias baseadas em eixos temáticos, aulas dialogadas e algumas práticas experimentais adaptadas às normas de segurança. A entrevista evidenciou desafios como a falta de formação específica para atuar nesse espaço, a invisibilidade social das pessoas privadas de liberdade, as dificuldades de abstração no ensino de Química, a baixa autoestima dos estudantes e a necessidade de práticas pedagógicas humanizadas. Conclui-se que o ensino de Química na unidade prisional, quando desenvolvido de forma contextualizada, problematizadora e dialogada, pode valorizar os saberes, as histórias de vida e as possibilidades de reconstrução dos estudantes, contribuindo para uma educação mais inclusiva, crítica e transformadora.

Palavras-chave: Ensino de Química. Unidade prisional. Educação prisional. Educação de Jovens e Adultos. Formação docente.

Abstract

This article aims to understand how Chemistry teaching takes place in a prison unit, based on the narrative of a coordinating teacher linked to the State Center for Youth and Adult Education of Dourados CEEJA/MS, who works at the State Penitentiary of Dourados PED. The research was developed through a qualitative approach, using a semi-structured interview as the data production instrument, conducted with the research collaborator, identified by the pseudonym Professor Esperança. The study is based on the understanding that education is a social and human right, also guaranteed to individuals deprived of liberty, and that Chemistry teaching can contribute to the critical, scientific,

and social formation of these students. The results indicate that teaching in the prison unit occurs through Youth and Adult Education, with classes organized from a specific course project, methodologies based on thematic axes, dialogical classes, and some experimental practices adapted to safety regulations. The interview revealed challenges such as the lack of specific training to work in this context, the social invisibility of people deprived of liberty, difficulties with abstraction in Chemistry teaching, students' low self-esteem, and the need for humanized pedagogical practices. It is concluded that Chemistry teaching in the prison unit, when developed in a contextualized, problematizing, and dialogical way, can value students' knowledge, life stories, and possibilities for reconstruction, contributing to a more inclusive, critical, and transformative education.

Keywords: Chemistry teaching. Prison unit. Prison education. Youth and Adult Education. Teacher training.

1 EDUCAÇÃO QUÍMICA NA UNIDADE PRISIONAL COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO HUMANA

O presente artigo, intitulado “Educação Química e o ensino na unidade prisional: um relato de experiência”, nasce de inquietações construídas ao longo da formação inicial em Licenciatura em Química e do interesse em compreender como o ensino pode acontecer em espaços que ainda são pouco discutidos nos cursos de formação de professores/as. Entre esses espaços, encontram-se as unidades prisionais, ambientes marcados por regras, restrições e controle institucional, mas também habitados por sujeitos que possuem histórias, saberes, direitos e possibilidades de reconstrução de suas trajetórias.

A educação em unidades prisionais relaciona-se diretamente ao direito à educação. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). A Lei de Execução Penal também prevê a assistência educacional às pessoas privadas de liberdade, compreendendo a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado (Brasil, 1984). Além disso, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010, dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais (Brasil, 2010).

Nesse contexto, os estudos de Mattos e Marques-de-Oliveira (2025) contribui para esta discussão ao abordar a educação prisional no Brasil, considerando o contexto

histórico, os marcos legais, a garantia de direitos, o atendimento educacional nas unidades prisionais e os desafios da formação inicial de professores/as. As autoras defendem que a prática docente nesses espaços deve ultrapassar as lógicas disciplinares características das prisões, assumindo um caráter humanizador e libertador, em diálogo com a perspectivas freireanas.

Discutir a Educação Química em uma unidade prisional significa refletir sobre uma prática docente que precisa considerar tanto os conteúdos científicos quanto as condições concretas do espaço em que a aula acontece. A Química, enquanto componente curricular, envolve conceitos abstratos, modelos explicativos, fenômenos microscópicos, linguagem simbólica e, quando possível, atividades experimentais. No contexto prisional, essas práticas precisam ser planejadas com cuidado, respeitando normas de segurança, limites institucionais e as experiências dos estudantes privados de liberdade.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de ampliar o debate sobre a formação de professores/as de Química para além da escola regular. Assim, este estudo toma como foco a Educação Química na unidade prisional, buscando compreender como esse ensino ocorre, quais desafios são enfrentados e quais possibilidades pedagógicas podem ser construídas nesse espaço.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma entrevista semiestruturada com uma professora coordenadora vinculada ao Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Dourados - CEEJA/MS, com atuação na Penitenciária Estadual de Dourados - PED. Conforme Manzini (2003), a entrevista semiestruturada é organizada por meio de um roteiro previamente elaborado, com perguntas principais relacionadas aos objetivos da pesquisa, possibilitando ao/à entrevistado/a apresentar informações de forma mais livre. No questionário respondido, a entrevistada relata que o ensino na unidade ocorre por meio da EJA, com aulas diárias, salas de aula, quadro, canetão, projetor e um Projeto de Curso específico para pessoas privadas de liberdade. Ela destaca que, embora exista uma estrutura escolar, trata-se de “uma escola normal, mas que está dentro do presídio”.

No que se refere especificamente à Educação Química, a entrevistada afirma que a disciplina é ensinada por meio de aulas dialogadas, algumas aulas experimentais e metodologias previstas no Projeto de Curso, com participação e curiosidade dos estudantes. Também aponta desafios, como a dificuldade de abstração, a ausência de conceitos prévios, a desconfiança de alguns estudantes em relação às teorias e a necessidade de o/a professor/a observar essas dificuldades para replanejar sua aula.

Diante disso, o objetivo geral deste artigo é compreender como ocorre o ensino de Química em uma unidade prisional, a partir da narrativa de uma professora coordenadora vinculada ao CEEJA/MS, com atuação na Penitenciária Estadual de Dourados PED. Busca-se analisar os desafios, as possibilidades pedagógicas e as contribuições desse ensino para a formação crítica, científica e social dos estudantes privados de liberdade. A questão de pesquisa que orienta este estudo é: como ocorre o ensino de Química na unidade prisional, a partir da narrativa de uma professora coordenadora que atua na PED, e de que forma esse ensino pode ser desenvolvido por meio de práticas pedagógicas contextualizadas, humanizadas e significativas junto aos estudantes privados de liberdade? Assim, este artigo organiza-se em seções que discutem, inicialmente, a educação prisional, seus marcos legais, sua relação com a Educação de Jovens e Adultos e os desafios da formação docente. Em seguida, apresenta-se a metodologia, com destaque para a entrevista semiestruturada como instrumento de constituição de material empírico. Posteriormente, são analisados os resultados e discussões a partir da entrevista realizada, buscando compreender as experiências, dificuldades e possibilidades do ensino de Química na PED de Dourados-MS. Por fim, são apresentadas as considerações finais, retomando as contribuições da pesquisa para pensar na formação de professores/as de Química e a Educação Química em unidades prisionais.

2 EDUCAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL: TRAJETÓRIA, DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE QUÍMICA

A educação em unidades prisionais deve ser compreendida como parte do direito à educação e como um campo de atuação docente que apresenta especificidades próprias. Discutir esse tema exige reconhecer que a escola, quando inserida no espaço prisional, passa a funcionar em um ambiente marcado por normas de segurança, controle institucional e restrição de liberdade. Ao mesmo tempo, esse espaço também pode possibilitar processos de aprendizagem, diálogo, formação humana e reconstrução de trajetórias.

Nos trabalhos de Mattos e Marques-de-Oliveira (2025), há discussões sobre a educação prisional a partir da trajetória da Educação de Jovens e Adultos, dos marcos legais da educação em unidades prisionais e da formação de professores/as para atuar nesses espaços. Essa organização contribui para compreender que a educação prisional não pode ser analisada de forma isolada, pois está relacionada à história da EJA, às políticas públicas educacionais e aos desafios da formação docente.

2.1 A Educação de Jovens e Adultos e sua relação com a educação prisional

A educação prisional no Brasil está diretamente relacionada à Educação de Jovens e Adultos, pois parte significativa dos sujeitos privados de liberdade apresenta trajetórias escolares interrompidas, marcadas por evasão, defasagem escolar ou ausência de acesso regular à escola. Dessa forma, a EJA torna-se uma modalidade fundamental para garantir o direito à escolarização dentro das unidades prisionais.

De acordo com Mattos e Marques-de-Oliveira (2025), a história da EJA no Brasil acompanha as transformações sociais, políticas e econômicas do país, sendo marcada por avanços, descontinuidades e negligências do poder público. As autoras destacam que a EJA sempre esteve vinculada a sujeitos que, por diferentes razões, não tiveram acesso ou permanência garantida na escola em idade considerada regular. Quando essa modalidade passa a ser ofertada em unidades prisionais, os desafios tornam-se ainda mais complexos, pois os estudantes estão inseridos em um espaço de privação de liberdade e submetidos a uma rotina institucional específica.

Nesse sentido, a educação prisional não deve ser compreendida como simples reprodução da escola regular dentro do presídio. Embora possa haver salas de aula, quadro, materiais didáticos, professores/as e organização curricular, o contexto prisional exige adaptações pedagógicas, institucionais e metodológicas. A própria entrevistada desta pesquisa afirma que, na Penitenciária Estadual de Dourados, o ensino ocorre por meio da EJA, com um Projeto de Curso específico para pessoas privadas de liberdade. Segundo ela, há uma estrutura escolar, mas trata-se de “uma escola normal, mas que está dentro do presídio”.

Essa afirmação evidencia uma característica central da educação prisional: a escola está presente, mas seu funcionamento é atravessado pelas normas e pelos limites do sistema prisional. Por isso, o/a professor/a que atua nesse espaço precisa compreender não apenas o conteúdo que ensina, mas também as condições concretas em que a aula acontece.

2.2 Educação prisional como direito

A educação em unidades prisionais deve ser entendida como direito e não como privilégio. A pessoa privada de liberdade tem restringido o direito de ir e vir, mas não perde sua condição de sujeito de direitos. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece, no artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família (Brasil, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também reconhece a

educação como direito e define a EJA como modalidade destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (Brasil, 1996).

No campo específico da execução penal, a Lei nº 7.210/1984, conhecida como Lei de Execução Penal LEP, representa um marco importante para a garantia da assistência educacional às pessoas privadas de liberdade. A LEP estabelece que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, tendo como finalidade prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Entre as formas de assistência previstas pela lei, encontra-se a assistência educacional, que compreende a instrução escolar e a formação profissional.

Dessa forma, a Lei de Execução Penal reforça que a escolarização dentro da unidade prisional não deve ser vista como privilégio, benefício ou favor, mas como parte da garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade. Ao prever a instrução escolar e a formação profissional, a LEP reconhece que o processo educativo pode contribuir para a formação dos sujeitos, para a ampliação de conhecimentos e para a construção de novas possibilidades de vida.

No entanto, a existência da previsão legal não garante, por si só, a efetivação plena desse direito. Para que a educação aconteça no cotidiano das unidades prisionais, são necessárias condições concretas, como organização institucional, profissionais preparados, materiais adequados, autorização da unidade e políticas públicas que assegurem continuidade ao processo educativo. Assim, a LEP sustenta juridicamente o direito à educação, mas sua efetivação depende de práticas pedagógicas e institucionais comprometidas com a formação dos estudantes privados de liberdade.

Além disso, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010, estabelece as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Essa resolução orienta que as ações educativas nesse contexto estejam fundamentadas na legislação educacional brasileira, na Lei de Execução Penal, em tratados internacionais e nas especificidades dos diferentes níveis e modalidades de ensino (Brasil, 2010).

Dessa forma, a educação prisional deve ser compreendida como política pública de garantia de direitos. Contudo, como ressalta Mattos e Marques-de-Oliveira (2025), ainda existe distância entre a previsão legal e a efetivação concreta desse direito. As autoras destacam que, embora existam marcos legais importantes, a oferta educacional nas unidades prisionais ainda enfrenta desafios relacionados à continuidade, à

regularidade, à formação docente e ao reconhecimento das pessoas privadas de liberdade como sujeitos de direitos.

2.3 A escola dentro da unidade prisional: entre controle e possibilidade educativa

A escola dentro da unidade prisional ocupa um lugar contraditório. Por um lado, está inserida em uma instituição marcada pela vigilância, pelo controle e por normas rígidas de segurança. Por outro, pode constituir-se como espaço de aprendizagem, escuta, diálogo, reconstrução da autoestima e ampliação da leitura de mundo.

Essa contradição exige uma prática pedagógica sensível e planejada. O/a professor/a precisa respeitar as normas institucionais da unidade, mas também precisa garantir que o processo educativo não se reduza à lógica disciplinar da prisão. Mattos e Marques-de-Oliveira (2025), ao dialogar com a perspectiva freireana, defende que a prática docente em unidades prisionais deve assumir um caráter crítico, humanizador e libertador, superando uma concepção meramente técnica ou mecânica de ensino.

A entrevistada desta pesquisa apresenta uma compreensão próxima a essa perspectiva ao afirmar que trabalhar com ensino prisional exige “desvestir dos preconceitos e ver os estudantes apenas como estudante”. Para ela, o crime cometido pelo sujeito não deve orientar a prática pedagógica; o que interessa à professora, no espaço escolar, é a aprendizagem. Essa fala evidencia a importância de reconhecer os estudantes privados de liberdade para além da condição penal, compreendendo-os como sujeitos que podem aprender, participar, questionar e reconstruir suas trajetórias.

Nesse contexto, a prática docente precisa estar orientada pelo acolhimento, pela escuta, pelo respeito e pela valorização dos saberes dos estudantes. Isso não significa ignorar a realidade do sistema prisional, mas compreender que a escola pode criar frestas de humanização em um ambiente historicamente marcado pela punição e pela exclusão.

2.4 Desafios da educação nas unidades prisionais

A educação nas unidades prisionais apresenta desafios institucionais, pedagógicos e formativos. O primeiro desafio está relacionado ao próprio funcionamento do espaço prisional. A entrada de professores/as, materiais e recursos pedagógicos depende de normas de segurança, autorizações e organização interna da unidade. Assim, atividades que em outros espaços escolares seriam simples podem exigir planejamento maior no contexto prisional.

A entrevistada relata que, no início de sua atuação, uma das dificuldades foi adaptar-se ao sistema, inclusive pelo medo de esquecer algum objeto não permitido na

bolsa e ser mal interpretada ao entrar no presídio. Essa fala demonstra que o trabalho docente nesse espaço envolve aprendizados que não se limitam ao conteúdo escolar, pois o/a professor/a precisa compreender a dinâmica institucional da unidade.

Outro desafio importante refere-se à formação docente. Mattos e Marques-de-Oliveira (2025) apontam que a falta de formação inicial e continuada para professores/as que atuam em unidades prisionais é recorrente nos estudos analisados em sua dissertação. As autoras observam que muitos profissionais acabam construindo saberes no cotidiano, por meio da troca de experiências entre colegas, mas essa formação informal não substitui a necessidade de políticas estruturadas de formação. Moraes e Onofre (2021) também discutem a formação continuada de professores/as para escolas em unidades de privação de liberdade, indicando que as necessidades formativas desses profissionais precisam ser reconhecidas nas políticas educacionais.

Essa questão também aparece na entrevista realizada. A coordenadora afirma que não recebeu formação específica para atuar na coordenação pedagógica de uma unidade prisional. Segundo ela, foi necessário buscar conhecimentos sobre pedagogia e andragogia para apoiar o trabalho pedagógico de profissionais que atendem desde estudantes em processo de alfabetização até estudantes do ensino médio. Esse dado mostra que a educação prisional exige uma formação ampla, capaz de considerar diferentes idades, níveis de escolarização, trajetórias escolares e dificuldades de aprendizagem.

Além disso, a entrevistada afirma que a educação prisional ainda é pouco discutida nos cursos de licenciatura devido à invisibilidade social das pessoas privadas de liberdade. Para ela, quando esses sujeitos não são reconhecidos como cidadãos e sujeitos de direitos, sua escolarização também deixa de ser considerada importante na formação de professores/as. Essa reflexão revela que a ausência do tema nas licenciaturas não é apenas uma lacuna curricular, mas também um reflexo de uma sociedade que tende a invisibilizar a população prisional.

2.5 Possibilidades pedagógicas no contexto prisional

Apesar dos desafios, a educação prisional apresenta possibilidades importantes para a formação dos estudantes. A escola pode favorecer a retomada dos estudos, o desenvolvimento da leitura e da escrita, o fortalecimento da autoestima e a construção de novos sentidos para a aprendizagem. Para que isso aconteça, é necessário que as práticas pedagógicas sejam contextualizadas, dialogadas e humanizadas.

A perspectiva freireana contribui para pensar esse processo, pois compreende a educação como prática social, política e ética. Para Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou construção. No contexto prisional, essa ideia é fundamental, pois os estudantes trazem histórias de vida, saberes, experiências e marcas sociais que precisam ser consideradas no processo educativo.

Na entrevista, a coordenadora afirma que os estudantes privados de liberdade trazem muitos saberes para a sala de aula, o que inviabiliza uma prática baseada somente na centralidade do/a professor/a. Segundo ela, as aulas precisam ser organizadas por meio do diálogo, da problematização e dos eixos temáticos previstos no Projeto de Curso. Essa compreensão reforça a necessidade de uma educação que reconheça os estudantes como participantes ativos do processo de aprendizagem.

Assim, uma possibilidade importante da educação prisional é justamente construir práticas que não reduzam o estudante à sua condição penal. A escola pode tornar-se um espaço no qual ele seja chamado a pensar, escrever, perguntar, argumentar, experimentar e compreender fenômenos do mundo. Esse movimento pode contribuir para a formação crítica, científica e social dos sujeitos privados de liberdade.

2.6 Ensinar Química na unidade prisional: abstração, contextualização e experimentação possível

O ensino de Química apresenta desafios específicos em qualquer contexto escolar, pois envolve conceitos abstratos, modelos explicativos, linguagem simbólica e compreensão de fenômenos que nem sempre são diretamente visíveis. Em uma unidade prisional, esses desafios podem ser ampliados pelas trajetórias escolares interrompidas, pela ausência de conceitos prévios e pela baixa autoestima de estudantes que retornam à escola após longos períodos de afastamento.

Na entrevista, a coordenadora afirma que uma das maiores dificuldades para ensinar Química na unidade prisional é a abstração. Segundo ela, há estudantes que estão privados de liberdade há muito tempo e apresentam dificuldade para compreender conceitos abstratos. Ela também menciona jovens desconfiados em relação às teorias e conceitos, além de idosos que foram alfabetizados na própria unidade e chegaram ao ensino médio sem conhecimentos prévios considerados essenciais para a aprendizagem da Química.

Diante disso, o/a professor/a precisa observar as dificuldades da turma e replanejar suas aulas. A contextualização torna-se uma estratégia fundamental, pois permite

aproximar os conceitos químicos de situações mais concretas e próximas da realidade dos estudantes. Temas como água, alimentos, medicamentos, higiene, produtos de limpeza, energia, meio ambiente, transformações da matéria e materiais do cotidiano podem favorecer a construção de sentidos no ensino de Química.

A entrevistada afirma que, na PED, a Química é ensinada por meio de aulas dialogadas, algumas aulas experimentais e metodologias previstas no Projeto de Curso. Ela também destaca que há participação, curiosidade e contribuição dos estudantes. Esse dado mostra que, mesmo em um espaço com restrições, é possível desenvolver práticas que despertem interesse e promovam aprendizagem.

No que se refere à experimentação, a coordenadora afirma que ela é possível, desde que haja planejamento, organização, adaptação de materiais e substâncias, testes prévios, autorização da direção escolar e permissão da direção da unidade. Essa informação demonstra que as restrições de segurança não impedem totalmente a realização de atividades experimentais, mas exigem responsabilidade e adequação ao contexto. Guimarães (2009), ao discutir a experimentação no ensino de Química, ressalta sua importância quando articulada à problematização e à construção de significados, e não como atividade meramente demonstrativa ou descontextualizada.

Portanto, o ensino de Química na unidade prisional pode articular conhecimento científico, diálogo, contextualização e experimentação adaptada. Essa prática exige que o/a professor/a considere tanto as especificidades do conteúdo químico quanto as condições institucionais da unidade e as trajetórias dos estudantes.

2.7 Formação docente para atuar em unidades prisionais

A formação docente é um elemento central para pensar a qualidade da educação prisional. As licenciaturas, em geral, ainda priorizam a preparação para a escola regular, deixando em segundo plano outros contextos educativos, como as unidades prisionais. Essa lacuna pode gerar insegurança nos/as professores/as e dificultar a construção de práticas pedagógicas adequadas às especificidades desse ambiente.

Mattos e Marques-de-Oliveira (2025) destacam a necessidade de processos formativos que problematizem a educação nas unidades prisionais, especialmente na formação inicial de professores/as de Química. As autoras indicam que propostas dialógicas e freireanas podem contribuir para desconstruir visões ingênuas e ampliar percepções críticas, sensíveis e fundamentadas sobre a educação prisional.

Na entrevista, a coordenadora sugere que os cursos de formação de professores/as discutam criticamente quem são os cidadãos que têm direito à educação. Para ela, esse debate poderia atravessar disciplinas como legislação educacional, formação de professores e filosofia da educação. A entrevistada também considera importante a realização de visitas técnicas a presídios, para que futuros/as docentes possam conhecer o espaço e compreender suas possibilidades pedagógicas.

Desse modo, formar professores/as para atuar em unidades prisionais exige mais do que acrescentar um conteúdo isolado ao currículo. Exige uma formação ética, crítica, sensível e comprometida com os direitos humanos. No caso da Licenciatura em Química, isso significa formar docentes capazes de ensinar conhecimentos científicos em contextos diversos, adaptando metodologias, respeitando os sujeitos e construindo práticas que contribuam para a formação crítica, científica e social dos estudantes.

Assim, a educação em unidades prisionais deve ser reconhecida como um campo legítimo de atuação docente e de produção de conhecimento. Ao discutir sua trajetória, seus marcos legais, seus desafios e suas possibilidades, amplia-se o olhar sobre o ensino de Química e sobre o papel da escola em espaços marcados por contradições, mas também por possibilidades de aprendizagem, humanização e transformação.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma investigação de abordagem qualitativa, pois busca compreender experiências, percepções e sentidos atribuídos ao ensino de Química em uma unidade prisional, a partir da narrativa de uma professora coordenadora vinculada ao CEEJA/MS, com atuação na Penitenciária Estadual de Dourados PED. A escolha por essa abordagem justifica-se pelo fato de o estudo não ter como finalidade quantificar dados, mas interpretar uma realidade educacional específica a partir da experiência narrada por uma profissional que atua nesse espaço. A pesquisa qualitativa permite uma aproximação mais sensível com o fenômeno investigado, considerando os sujeitos, suas experiências e os contextos em que estão inseridos. Nesse sentido, este trabalho busca compreender como ocorre o ensino de Química na unidade prisional, quais desafios atravessam esse processo e quais possibilidades pedagógicas podem ser construídas junto aos estudantes privados de liberdade, tendo como base a narrativa da coordenadora colaboradora da pesquisa. A colaboradora da pesquisa é uma professora coordenadora vinculada ao Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos

de Dourados - CEEJA/MS, com atuação na Penitenciária Estadual de Dourados - PED. Para preservar sua identidade, optou-se por utilizar o codinome Professora Esperança. A escolha desse codinome relaciona-se à compreensão de que a educação em unidades prisionais pode abrir possibilidades de aprendizagem, reconstrução de trajetórias e formação humana.

De acordo com o perfil informado na entrevista semiestruturada, a colaboradora possui 44 anos, atua há três anos na unidade prisional e concluiu sua graduação há 17 anos. Também relatou ter experiência anterior na indústria, como analista de campo, realizando rotinas de análise e tratamento de água de torre e de caldeira. Essas informações contribuem para compreender sua trajetória profissional e sua relação com a área de Ciências da Natureza.

3.1 Entrevista semiestruturada como instrumento de constituição de material empírico

O instrumento utilizado para a produção dos dados foi a entrevista semiestruturada. Segundo Manzini (2003), esse tipo de entrevista é organizado a partir de um roteiro previamente elaborado, com perguntas principais relacionadas aos objetivos da pesquisa. Ao mesmo tempo, permite que novas questões ou aprofundamentos surjam durante o diálogo, de acordo com as respostas da pessoa entrevistada.

A escolha pela entrevista semiestruturada se justifica porque este estudo busca compreender uma experiência profissional situada em um contexto específico: o ensino de Química em uma unidade prisional. A entrevista possibilitou que a colaboradora relatasse sua trajetória, os desafios vivenciados, as formas de organização do ensino, as metodologias utilizadas e as percepções sobre os estudantes privados de liberdade.

O roteiro da entrevista foi organizado em três eixos principais. O primeiro eixo tratou da experiência da colaboradora no ensino prisional, buscando compreender como ocorre o ensino para as pessoas privadas de liberdade, quais desafios aparecem nesse contexto e quais dificuldades existem na coordenação pedagógica da unidade. O segundo eixo voltou-se especificamente à Educação Química nas unidades prisionais, abordando como a Química é ensinada na PED, quais são os desafios para ensinar esse componente curricular, se é possível realizar atividades experimentais e quais metodologias são indicadas. O terceiro eixo tratou dos estudantes privados de liberdade, considerando suas dificuldades de aprendizagem, as contribuições da Educação Química para a ressocialização e a forma como o/a professor/a pode lidar com diferentes histórias de vida.

3.2 Elaboração e validação do roteiro da entrevista

A elaboração do roteiro da entrevista partiu do objetivo geral da pesquisa, que consiste em compreender como ocorre o ensino de Química em uma unidade prisional, a partir da narrativa de uma professora coordenadora da PED, analisando os desafios, as possibilidades pedagógicas e as contribuições desse ensino para a formação crítica, científica e social dos estudantes privados de liberdade.

Antes da elaboração final do roteiro, foram realizadas leituras de artigos e materiais relacionados à educação prisional, à Educação de Jovens e Adultos e ao ensino de Química em contextos de privação de liberdade. A partir dessas leituras, a pesquisadora e sua orientadora construíram as perguntas da entrevista, organizando-as em três eixos: experiência da colaboradora no ensino prisional, Educação Química nas unidades prisionais e estudantes privados de liberdade. Posteriormente, o roteiro foi compartilhado com o grupo de orientandos, por meio do WhatsApp, para que pudessem sugerir ajustes e melhorias. Após esse período, as contribuições foram analisadas pela pesquisadora e por sua orientadora, possibilitando a revisão final do roteiro antes da realização da entrevista.

Para a construção das perguntas, buscou-se elaborar questões abertas, que possibilitassem à colaboradora relatar sua experiência de forma ampla e reflexiva. Conforme Manzini (2003), no planejamento de uma entrevista semiestruturada é importante que o roteiro apresente perguntas relacionadas aos objetivos da pesquisa, com atenção à linguagem, à forma das questões e à sequência em que elas são organizadas.

A validação do roteiro ocorreu por meio da revisão das perguntas em relação ao objetivo da pesquisa. Nesse processo, observou-se se as questões permitiam compreender o fenômeno investigado, considerando a clareza da linguagem, a pertinência em relação ao tema, a sequência dos eixos temáticos e a possibilidade de a entrevistada desenvolver respostas narrativas sobre sua experiência.

A primeira parte do roteiro buscou iniciar a entrevista a partir de questões mais gerais, relacionadas à experiência da colaboradora no ensino prisional. Em seguida, as perguntas foram direcionadas ao ensino de Química na PED, considerando os desafios do componente curricular, a possibilidade de atividades experimentais e as metodologias utilizadas. Por fim, o roteiro abordou os estudantes privados de liberdade, suas

dificuldades de aprendizagem e as contribuições da Educação Química para a ressocialização.

Esse movimento de organização do roteiro foi importante para que a entrevista não se limitasse a respostas curtas, mas possibilitasse a construção de uma narrativa sobre a experiência da colaboradora. Assim, a entrevista semiestruturada foi compreendida não apenas como um instrumento de coleta de informações, mas como um espaço de escuta, diálogo e produção de sentidos sobre o ensino de Química em uma unidade prisional.

3.3 Procedimento de realização da entrevista e cuidados éticos

A entrevista foi realizada com a Professora Esperança por meio de um roteiro semiestruturado, previamente elaborado. Antes da participação, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual constavam o título da pesquisa, seus objetivos, os possíveis riscos mínimos, a garantia de sigilo, a participação voluntária e a possibilidade de desistência a qualquer momento.

O TCLE informou que a pesquisa intitulada “Educação Química e o ensino na unidade prisional: um relato de experiência” tinha como objetivo compreender como ocorre o ensino de Química em uma unidade prisional, a partir da narrativa de uma professora coordenadora vinculada ao CEEJA/MS, com atuação na PED. Também foram apresentados os objetivos da pesquisa, a forma de participação da colaboradora, os possíveis riscos mínimos, a garantia de sigilo, a confidencialidade das informações, o uso dos dados apenas para fins acadêmicos, a participação voluntária e a possibilidade de desistência a qualquer momento. Também foi informado que as informações seriam utilizadas somente para fins da pesquisa, preservando-se o sigilo e a confidencialidade.

Após a concordância da colaboradora, a entrevista foi respondida a partir das questões organizadas no roteiro. As respostas foram lidas e organizadas para análise, buscando manter fidelidade às ideias apresentadas pela entrevistada, sem alteração do sentido de suas falas. Para a escrita do artigo, foram selecionados trechos considerados significativos para compreender a organização do ensino na unidade prisional, os desafios da docência, a Educação Química, as possibilidades de experimentação e as contribuições para a formação dos estudantes privados de liberdade.

3.4 Análise da entrevista: aproximações com a pesquisa narrativa

A análise da entrevista foi realizada por meio de aproximações com a pesquisa narrativa, pois o material produzido apresenta uma experiência profissional relatada por uma professora coordenadora que atua no contexto prisional. Nesta pesquisa, portanto, a entrevista é compreendida como uma narrativa de experiência, por meio da qual a colaboradora relata vivências, desafios, aprendizagens e percepções construídas em sua atuação na educação prisional.

A pesquisa narrativa permite compreender a experiência como elemento central da investigação. Dorneles (2016, p. 41) afirma que, “na pesquisa narrativa, o pesquisador é um dos participantes da investigação, aprende com suas próprias histórias e com as histórias de seus participantes”. Essa perspectiva contribui para pensar a entrevista não apenas como resposta a perguntas, mas como narrativa de uma experiência vivida no campo da educação prisional.

Clandinin e Connelly (2011, p. 16) também contribuem para essa compreensão ao defenderem que “a narrativa se torna um caminho para entendimento da experiência”. Dessa forma, a narrativa da Professora Esperança foi analisada buscando compreender os sentidos que emergem de sua atuação no ensino prisional, especialmente em relação ao ensino de Química e à formação dos estudantes privados de liberdade.

A análise foi organizada a partir da leitura cuidadosa das respostas da entrevista, buscando identificar temas recorrentes e sentidos produzidos pela colaboradora. A partir desse processo, foram constituídos os seguintes eixos de análise: a) organização do ensino na unidade prisional; b) desafios da atuação docente e da coordenação pedagógica; c) invisibilidade da educação prisional na formação de professores/as; d) ensino de Química, abstração e contextualização; e) experimentação e adaptação às normas de segurança; f) contribuições da Educação Química para a formação crítica, científica e social dos estudantes privados de liberdade.

Esses eixos não foram definidos para fragmentar a experiência da colaboradora, mas para organizar a discussão dos resultados e possibilitar uma análise mais clara da entrevista. Assim, a pesquisa narrativa permitiu olhar para a experiência relatada como um caminho de compreensão sobre o ensino de Química na unidade prisional, valorizando a voz da colaboradora e os sentidos construídos a partir de sua prática.

4 COMPREENSÕES A PARTIR DA ENTREVISTA COM A PROFESSORA ESPERANÇA

Nesta seção, apresentam-se as compreensões construídas a partir da narrativa da Professora Esperança, colaboradora da pesquisa, por meio da entrevista semiestruturada. Como a análise se aproxima da pesquisa narrativa, optou-se por valorizar a fala da entrevistada de forma articulada, sem fragmentar os resultados em muitos subitens. Desse modo, as discussões são desenvolvidas em diálogo com as experiências narradas, com o referencial teórico e com os conceitos que emergiram da entrevista: educação prisional, formação docente, diálogo, EJA, experimentação, histórias de vida, autoestima e Educação Química.

Ao relatar como ocorre o ensino para as pessoas privadas de liberdade, a Professora Esperança descreve uma organização escolar presente no interior da unidade prisional. Em suas palavras:

“Ocorre da mesma forma que ocorre no ensino regular, com aulas diárias, com salas de aulas, quadro, canetão, projetor, a diferença é que são 4 aulas de uma hora. O atendimento acontece por meio da EJA com um Projeto de Curso específico para pessoas privadas de liberdade. Quanto à estrutura, é uma escola normal, mas que está dentro do presídio.” (Professora Esperança, entrevista semiestruturada, 2026).

Essa fala evidencia que a escola existe dentro do presídio com recursos e organização pedagógica, mas seu funcionamento é atravessado pelas particularidades da unidade prisional. Assim, a educação prisional não pode ser compreendida como simples transposição da escola regular para outro espaço. Ela acontece em um ambiente no qual as práticas educativas precisam dialogar com regras de segurança, tempos institucionais e trajetórias escolares marcadas por interrupções. Conforme discutem Mattos e Marques-de-Oliveira (2025), o trabalho com EJA em unidades prisionais representa um desafio ampliado pelas regras, particularidades e especificidades do atendimento educacional nesses espaços.

A narrativa da Professora Esperança também revela que a docência em unidades prisionais exige uma postura ética diante dos estudantes. Ao falar sobre sua experiência, ela afirma:

“Trabalhar com ensino prisional é desvestir dos preconceitos e ver os estudantes apenas como estudante, é um processo difícil e que nem todos os profissionais que trabalham com educação prisional conseguem se desvestir. E eu acho que isso influencia muito na relação com os estudantes. Eu acho que eu consegui, os crimes que ele cometeu não me diz respeito, agora a aprendizagem deles sim.” (Professora Esperança, entrevista semiestruturada, 2026).

Essa fala é central para compreender a relação pedagógica no contexto prisional. Ao afirmar que o crime não deve orientar o trabalho docente, a entrevistada desloca o olhar da punição para a aprendizagem. Essa compreensão aproxima-se da perspectiva freireana, segundo a qual ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, rejeição a qualquer forma de discriminação e disponibilidade para o diálogo (Freire, 1996). Dessa forma, a prática docente no presídio precisa reconhecer o estudante como sujeito de direitos, saberes e possibilidades, e não apenas como alguém definido por sua condição penal.

A entrevistada relata experiências que demonstram a potência humana do processo educativo. Ela afirma que guarda na memória e no coração momentos em que estudantes a chamam para mostrar que aprenderam a escrever o próprio nome ou alguma palavra. A esse respeito, relata:

“Quando vou a unidade e eles me chamam para mostrar que aprenderam a escrever o nome, ou alguma outra palavra, é emocionante. Como professora também passei por algumas situações emocionantes e outras de medo, mas ver eles descobrindo que existe um mundo muito pequeno e invisível, é fascinante.” (Professora Esperança, entrevista semiestruturada, 2026).

A aprendizagem, nesse trecho, aparece como experiência de reconhecimento e reconstrução da autoestima. Aprender a escrever o próprio nome, no contexto da educação prisional, não significa apenas adquirir uma habilidade escolar; significa também afirmar existência, identidade e pertencimento. Onofre (2007) discute que a escola entre as grades pode se constituir como espaço de humanização, mesmo estando inserida em uma instituição marcada pelo controle e pela punição. Nesse sentido, a narrativa da colaboradora evidencia que a escola pode abrir frestas de possibilidade em um espaço de restrição.

A atuação na coordenação pedagógica também aparece como desafio na entrevista. A Professora Esperança relata que não recebeu formação específica para coordenar uma unidade prisional e que precisou buscar conhecimentos para compreender as demandas desse espaço:

“Os desafios são quanto a formação, eu não recebi formação para ser coordenadora, atender e apoiar o trabalho pedagógico das pedagogas que estão alfabetizando idosos que estão indo para a escola pela primeira vez ou estão retornando depois de 40, 50 anos. Mas eu fui estudar, correr atrás, entender a pedagogia e depois a andragogia.” (Professora Esperança, entrevista semiestruturada, 2026).

Esse trecho permite discutir a necessidade de formação específica para atuar com jovens, adultos e idosos em situação de privação de liberdade. Ao mencionar a pedagogia e a andragogia, a entrevistada evidencia que o trabalho com estudantes adultos exige atenção às experiências de vida, aos tempos de aprendizagem e às histórias escolares interrompidas. Knowles, Holton e Swanson (2011), ao discutirem a aprendizagem de adultos, destacam que adultos aprendem a partir de experiências acumuladas e necessidades concretas, o que reforça a importância de metodologias que valorizem suas trajetórias. No contexto prisional, essa compreensão torna-se ainda mais necessária, pois os estudantes podem estar retornando à escola após décadas de afastamento.

A ausência de formação específica também se relaciona à invisibilidade da educação prisional nos cursos de licenciatura. Segundo a Professora Esperança:

“Eu acho que decorre da invisibilidade que as pessoas privadas de liberdade têm para a sociedade. É como se eles deixassem de fazer parte da sociedade por ter cometido um crime, e isso não é verdade, são cidadãos como nós, estão privados de liberdade devido a terem sido acusados ou cometido crimes.” (Professora Esperança, entrevista semiestruturada, 2026).

A fala revela que a pouca discussão sobre educação prisional na formação docente não é apenas uma ausência curricular; ela expressa também a forma como a sociedade reconhece, ou não reconhece, as pessoas privadas de liberdade como cidadãos. A entrevistada complementa que, se esses sujeitos não forem reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente haverá preocupação com a formação de professores/as para atuar nesses espaços. Moraes e Onofre (2021), ao investigarem necessidades formativas de professores/as da EJA em unidades de privação de liberdade, apontam a importância de processos de formação continuada que considerem as especificidades do trabalho pedagógico nesses ambientes.

Ao refletir sobre possíveis mudanças nos cursos de formação de professores/as, a Professora Esperança sugere que a discussão sobre o direito à educação seja assumida de forma transversal:

“Fico pensando numa aula onde discutiríamos criticamente quem são os cidadãos que têm direito a educação que está na constituição. Eu acho que é um ótimo começo para essa instrumentalização e ela poderia ser transversal em todas as disciplinas que abrange legislação educacional, formação de professores, filosofia da educação.” (Professora Esperança, entrevista semiestruturada, 2026).

Essa sugestão dialoga com a necessidade de ampliar a formação docente para além da escola regular, reconhecendo outros espaços nos quais a educação acontece. No caso

da Licenciatura em Química, isso significa preparar futuros/as professores/as para ensinar Ciências e Química em contextos diversos, considerando sujeitos, tempos, espaços e condições institucionais diferentes. Mattos e Marques-de-Oliveira (2025) defendem que propostas formativas pautadas no diálogo e na problematização podem contribuir para desconstruir visões ingênuas sobre a educação prisional e fortalecer uma formação crítica e sensível.

No que se refere especificamente à Educação Química na PED, a entrevistada relata que o ensino ocorre por meio de aulas dialogadas, algumas aulas experimentais e metodologias previstas no Projeto de Curso:

“Por meio de aulas dialogadas, algumas aulas experimentais, utilizando as metodologias previstas no Projeto de Curso, com muita contribuição e participação por parte dos estudantes e muita curiosidade também. Quanto ao atendimento do Projeto de Curso da EJA, ele é operacionalizado na íntegra, dessa forma o material vem estruturado e a professora pode adaptar para contemplar Objetos de Conhecimentos, ou Habilidades importantes do Componente Curricular. A professora é da área de Ciências da Natureza, não é formada em Química.” (Professora Esperança, entrevista semiestruturada, 2026).

A fala aponta para uma prática que não se limita à exposição do conteúdo. O diálogo, a participação e a curiosidade dos estudantes aparecem como elementos importantes para a aprendizagem. Santos e Schnetzler (2010) defendem que a Educação Química precisa assumir compromisso com a cidadania, possibilitando que os estudantes compreendam criticamente fenômenos e situações que envolvem ciência, tecnologia e sociedade. No contexto prisional, essa perspectiva é relevante porque permite relacionar conceitos químicos a questões do cotidiano, como água, alimentos, produtos de limpeza, medicamentos, higiene, energia e ambiente.

A entrevistada também destaca dificuldades específicas para ensinar Química em uma unidade prisional. Segundo ela:

“Tem diversas dificuldades, dentre elas com os estudantes que estão em privação de liberdade a muito tempo, eles têm muita dificuldade de abstração e Química é um componente curricular que a abstração faz parte dele, é um jogo de buscar materializar o abstrato. Também tem os jovens com uma desconfiança imensa acerca das teorias e conceitos. Tem os idosos que foram alfabetizados ali, e em pouco tempo chegou ao ensino médio e não tem conceitos prévios essenciais para que se aprenda Química. Tem a falta de preparo dos professores para observar e entender tudo isso e a partir de todas as dificuldades e mais algumas, replanejar a sua aula.” (Professora Esperança, entrevista semiestruturada, 2026).

Esse trecho evidencia que o ensino de Química exige mediações específicas. A Química trabalha com modelos, partículas, símbolos, transformações microscópicas e conceitos que nem sempre são diretamente observáveis. Em turmas da EJA prisional, esses desafios podem ser ampliados por trajetórias escolares interrompidas, ausência de conceitos prévios e diferentes tempos de aprendizagem. Por isso, a contextualização e o replanejamento tornam-se fundamentais para aproximar o conteúdo da realidade dos estudantes.

A experimentação aparece na entrevista como possibilidade, mas também como prática que exige responsabilidade institucional. Ao responder se é possível realizar atividades experimentais, a Professora Esperança afirma:

“Sim, com um planejamento conciso, um trabalho organizado e adaptando materiais e substâncias. Até é possível usar fonte de calor, por exemplo, mas precisa testar, tudo planejado, com aval da direção escolar e com permissão da Direção da Unidade.” (Professora Esperança, entrevista semiestruturada, 2026).

A fala demonstra que as restrições de segurança não anulam a experimentação, mas exigem planejamento, adaptação e autorização. Guimarães (2009) ressalta que a experimentação no ensino de Química ganha sentido quando possibilita a problematização e a construção de explicações, e não quando aparece apenas como demonstração isolada. Desse modo, em uma unidade prisional, práticas experimentais com materiais adaptados, atividades demonstrativas, análise de rótulos, investigação de fenômenos cotidianos e simulações podem contribuir para materializar conceitos abstratos, desde que estejam articuladas aos objetivos pedagógicos e às normas da unidade.

Sobre as metodologias indicadas no contexto prisional, a entrevistada afirma que o Projeto de Curso se organiza por eixos temáticos e exige diálogo com os estudantes:

“A metodologia do projeto deve ser seguida, e ela acontece baseada em Eixos Temáticos. O/a professor/a se adapta a ela problematizando e dialogando acerca dos objetos de conhecimentos com os estudantes. Não há nenhum lugar escrito que é uma metodologia humanizadora e crítica, que busque a emancipação desse sujeito, mas é dessa maneira que eu vejo, não há como ter aulas tradicionais, baseadas na centralidade do/a professor, pois os estudantes trazem muitos saberes para discussão em sala de aula.” (Professora Esperança, entrevista semiestruturada, 2026).

Essa fala se aproxima da perspectiva freireana, pois reconhece que o conhecimento não se constrói pela simples transferência de conteúdo, mas pela problematização da realidade e pelo diálogo. Quando a entrevistada afirma que os

estudantes trazem muitos saberes para a sala, ela desloca a aula de uma posição centrada apenas no/a professor/a para uma prática que valoriza experiências, perguntas e sentidos produzidos pelos estudantes.

As dificuldades de aprendizagem também aparecem vinculadas à autoestima e à autoconfiança dos estudantes. A entrevistada afirma:

“A falta de autoestima, de achar que é possível voltar a estudar e aprender. Autoconfiança mesmo, de se sentir capaz de aprender, de fazer e isso gera uma falta de paciência com o processo de aprendizagem que é mais lento do que quando somos crianças e adolescentes. Nesse processo alguns desistem, essa também é uma das dificuldades, pois o/a professor/a tem que estar atento a tudo isso e conseguir agir sobre isso, e muitas vezes ele não está.” (Professora Esperança, entrevista semiestruturada, 2026).

Essa narrativa permite compreender que as dificuldades de aprendizagem não são apenas cognitivas. Elas também envolvem dimensões afetivas, sociais e históricas. Muitos estudantes privados de liberdade retornam à escola depois de experiências de fracasso escolar, abandono, exclusão e baixa valorização de suas capacidades. Nesse sentido, a atuação docente precisa observar os tempos de aprendizagem e construir vínculos que favoreçam permanência, confiança e participação.

Ao discutir as contribuições da Educação Química para a ressocialização, a Professora Esperança afirma:

“A química mostra para os estudantes privados de liberdade, diversas possibilidades que antes nunca tinham sido imaginadas. É um mundo novo e fascinante, e diante desse novo, dessas descobertas é possível mostrar para eles nas aulas que há outras possibilidades para além do que eles já conheceram e vivenciaram. A Química quando bem problematizada e dialogada, leva a um pensamento crítico e essa é uma contribuição importante para a ressocialização, a desvelação da realidade nunca imaginada.” (Professora Esperança, entrevista semiestruturada, 2026).

A fala da entrevistada indica que a Química pode ampliar a leitura de mundo dos estudantes, apresentando outras formas de compreender fenômenos e possibilidades de existência. A ressocialização não pode ser compreendida de maneira simplista, como resultado automático da escolarização; contudo, a educação pode contribuir para a construção de novos sentidos, para o fortalecimento da autonomia intelectual e para a formação crítica. Quando a Química é problematizada e dialogada, ela deixa de ser apenas um conjunto de fórmulas e passa a integrar uma leitura mais ampla da realidade.

Por fim, a Professora Esperança destaca que o/a professor/a precisa lidar com as diferentes histórias de vida dos estudantes com acolhimento, escuta, valorização e ressignificação. Em suas palavras:

“Com acolhimento, escuta, valorização e ressignificação. Também é preciso levá-los a problematizar e repensar em suas histórias/trajetórias e a educação é a melhor forma de fazer isso. O professor para trabalhar nas unidades prisionais, precisa ser atento e despido de preconceitos para conseguir lidar com essas diferenças e ainda fazer delas um ponto importante para a aprendizagem e a reconstrução de valores de cada estudante e de todos.” (Professora Esperança, entrevista semiestruturada, 2026).

Essa fala sintetiza a potência da educação prisional como prática humanizadora. Acolher e escutar não significa abandonar o rigor pedagógico, mas reconhecer que o conhecimento se constrói com sujeitos concretos, marcados por histórias, experiências e contradições. Assim, a entrevista com a Professora Esperança revela que a Educação Química na unidade prisional é atravessada por desafios significativos, mas também por possibilidades de aprendizagem, diálogo, problematização e formação humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo compreender como ocorre o ensino de Química em uma unidade prisional, a partir da narrativa de uma professora coordenadora vinculada ao CEEJA/MS, com atuação na Penitenciária Estadual de Dourados PED. A partir da entrevista semiestruturada realizada com a colaboradora, identificada pelo codinome Professora Esperança, foi possível perceber que o ensino na unidade prisional ocorre por meio da Educação de Jovens e Adultos EJA, com aulas diárias, estrutura escolar e Projeto de Curso específico para pessoas privadas de liberdade.

A pesquisa evidenciou que a educação em unidades prisionais precisa ser compreendida como direito, e não como privilégio. A Lei de Execução Penal também se mostrou fundamental para esta discussão, pois prevê a assistência educacional às pessoas privadas de liberdade, compreendendo a instrução escolar e a formação profissional. Dessa forma, o ensino na unidade prisional deve ser entendido como parte da garantia de direitos, e não como privilégio. No entanto, a pesquisa também permite compreender que a existência da lei precisa estar acompanhada de condições concretas para sua efetivação, como formação docente, organização pedagógica, materiais adequados, autorização institucional e práticas que respeitem os estudantes como sujeitos de direitos.

Essa compreensão está em consonância com a Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, e com a Lei de Execução Penal, que prevê a assistência educacional às pessoas privadas de liberdade, compreendendo a instrução escolar e a formação profissional. Além disso, a Resolução CNE/CEB nº 2/2010 define diretrizes nacionais para a oferta de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

Os dados da entrevista apontaram que um dos principais desafios da educação prisional está relacionado à necessidade de superar preconceitos. A fala da Professora Esperança, ao afirmar que é preciso “desvestir dos preconceitos e ver os estudantes apenas como estudante”, revela a importância de uma prática docente ética, humanizada e comprometida com a aprendizagem. Nesse sentido, o/a professor/a que atua em unidades prisionais precisa reconhecer o estudante privado de liberdade como sujeito de direitos, de saberes e de possibilidades, sem reduzi-lo à sua condição penal.

No campo específico da Educação Química, a pesquisa mostrou que o ensino pode ser desenvolvido por meio de aulas dialogadas, metodologias organizadas por eixos temáticos e práticas experimentais adaptadas às normas de segurança da unidade. Contudo, também foram identificados desafios importantes, como a dificuldade de abstração, a ausência de conceitos prévios, a desconfiança de alguns estudantes em relação às teorias científicas, a baixa autoestima e a necessidade de constante replanejamento das aulas.

A entrevista também demonstrou que a experimentação em Química é possível no contexto prisional, desde que seja cuidadosamente planejada, testada, adaptada e autorizada pela direção escolar e pela direção da unidade. Essa constatação reforça que as restrições institucionais não anulam as possibilidades pedagógicas, mas exigem criatividade, responsabilidade e adequação metodológica por parte do/a professor/a.

Outro aspecto relevante refere-se à formação docente. A pesquisa evidenciou que a educação prisional ainda é pouco discutida nos cursos de licenciatura, o que pode gerar insegurança e falta de preparo para os/as profissionais que passam a atuar nesses espaços. A partir da fala da entrevistada, compreende-se que a formação de professores/as precisa ampliar seu olhar para além da escola regular, incluindo discussões sobre direitos humanos, Educação de Jovens e Adultos, legislação educacional, filosofia da educação, diversidade de sujeitos e práticas pedagógicas em contextos de privação de liberdade.

Conclui-se que ensinar Química em unidades prisionais possui desafios, mas também apresenta possibilidades formativas importantes. Quando desenvolvido de forma

contextualizada, problematizadora, dialogada e humanizada, pode contribuir para que os estudantes privados de liberdade ampliem sua leitura de mundo, compreendam fenômenos científicos presentes no cotidiano e reconheçam novas possibilidades de aprendizagem e reconstrução de trajetórias.

Portanto, o ensino de Química na unidade prisional, compreendido no campo da Educação Química, precisa ser pensado como parte de uma educação socialmente comprometida, que reconhece os sujeitos privados de liberdade como cidadãos e estudantes.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: CNE/CEB, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-ceb-2010>. Acesso em: 15 jun. 2026.

CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2003.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução do Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2015.

DORNELES, Aline Machado. Rodas de investigação narrativa na formação de professores de Química: pontos bordados na partilha de experiências. 2016. Tese

(Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GUIMARÃES, Cleidson Carneiro. Experimentação no ensino de Química: caminhos e descaminhos rumo à aprendizagem significativa. Química Nova na Escola, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 198-202, ago. 2009. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc31_3/. Acesso em: 15 jun. 2026.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola na ou da prisão? Cadernos CEDES, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tQrmp78mcFp47TrN4qhhtHm/>. Acesso em: 15 jun. 2026.

KNOWLES, Malcolm S.; HOLTON III, Elwood F.; SWANSON, Richard A. The adult learner: the definitive classic in adult education and human resource development. 7. ed. New York: Elsevier, 2011.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Bauru: USC, 2004.

MATTOS, Aparecida Jeanne Paz de; MARQUES-DE-OLIVEIRA, Adriana Marques de. Possibilidade dialógica na formação inicial de professores/as de Química no contexto da educação prisional: um relato de experiência. In: ENCONTRO CENTRO-OESTE DE DEBATES SOBRE O ENSINO DE QUÍMICA, 19., 2025, Dourados. Anais [...]. Dourados: UFGD, 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MORAES, Luciana Ferreira da Silva; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Formação continuada de professores para as escolas em unidades de privação de liberdade. Educação, Santa Maria, v. 46, n. 1, p. e35/1-22, 2021. DOI: 10.5902/1984644461420. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/61420>. Acesso em: 15 jun. 2026.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar entre as grades. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. Cadernos CEDES, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, maio/ago. 2015.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2017.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; SCHNETZLER, Roseli Pacheco. Educação em Química: compromisso com a cidadania. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2010.